

Resumo da Reunião

1. Participantes: Helena Roseta, Isabel Loureiro, Susana Mourão, Tiago Mota Saraiva, Mário Santos, Aitor Varea Oro

2. Assuntos tratados

- Comissão coordenadora nacional: poderá ter 7 ou 8 elementos

- Conflito de interesses: necessidade de salvaguardar que as associações em que os membros da equipa estejam envolvidos não possam beneficiar do programa. Tiago e Aitor afirmam que as entidades em que estão envolvidos (Largo Residências e Cooperativa trabalhar com os 99% e Habitar Porto) não irão participar.

- O que é o Programa: deixar claro o que é o programa e o que é que o programa não pretende fazer. “Bairros saudáveis” vem colmatar uma lacuna que existia (empoderamento dos moradores e intervenções urgentes), mas não pretende substituir o papel que outros programas e áreas governamentais devem assumir (nomeadamente na área da habitação).

- Onde é que é precisa dedicação profissional e trabalho voluntário? Exemplo da plataforma informática. Helena defende que a construção da plataforma deve ser profissionalizada, o carregamento é que pode não ser, e já identificou pessoas que podem tratar disso desde que lhes forneçam os conteúdos. Em todo o caso, deve estar sob controlo da equipa de coordenação.

- Ponderar se os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde conseguem construir (em tempo e de acordo com os requisitos) a plataforma informática. Fala-se sobre a eventual necessidade de externalizar a construção da plataforma para poder dar resposta em tempo útil. O primeiro trabalho deve ser definir o que se quer da plataforma.

- Prioridades imediatas

- Ter um domínio (www.bairrossaudaveis.gov.pt) e um mail.
- Caderno de encargos daquilo que queremos que a plataforma faça
- A produção de cartografia pode ficar com o Aitor, mas é preciso garantir uma ligação com a plataforma informática
- Logótipo + linha gráfica podem ser criados pelos SPMS ou ser externalizados.

- Composição da equipa e relação com os pontos focais do governo: em princípio é o ministério da Saúde que coordenará os pontos focais, mas ainda não está definido.

- Pontos focais territoriais: Hugo está já a procurar pessoas a nível regional. Debate-se o critério de delimitação regional. Em princípio é mais útil o que determina as áreas das ARS, o critério distrital não é útil. Os critérios das NUTS II só serve a nível estatístico.

- Como é que estas equipas regionais deviam estar compostas? Debateram-se várias possibilidades. Em qualquer caso, deve priorizar-se pessoas que não aumentem as despesas do programa, para não prejudicar o financiamento dos projetos.

Programa Bairros Saudáveis

1ª reunião da Equipa de Coordenação Nacional

3.7.2020

- Resolução do Conselho de Ministros: Isabel propõe aprofundar alguns aspectos do documento (Resolução do Conselho de Ministros). A haver alterações ao determinado na RCM, só em sede de Regulamento, que tem de ser homologado superiormente

- Levantamento dos territórios elegíveis: abrem-se três caminhos complementares para a sinalização dos territórios:

- Indicadores
- Redes locais e nacionais
- Questionário on-line a partir do site

- Desenvolvimento de indicadores: Mário Santos diz que indicadores servem para medir, mas que é preciso contrastar com outros dados. Susana chama a atenção para a escala dos indicadores. Aitor sugere que os indicadores possam servir para 1) identificar os territórios e 2) poder confirmar facilmente os critérios de elegibilidade, em caso de dúvida. Possibilidade de solicitar dados mais específicos aos pontos focais da Entidade Responsável.